HVMANITAS

[Recensão a] Santa Bárbara, Maria Leonor; et al - Identidade e cidadania: da Antiguidade aos nossos dias

Autor(es): Ferreira, Nelson Henrique da Silva

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/23298>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_62_59

Accessed : 26-Apr-2023 14:15:13

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas

A thick, light blue vertical bar runs down the left side of the cover, starting below the title and extending to the bottom.

Vol. LXII
2010

testemunhada na literatura e na arte), que entra no banquete, não só como actuação, mas também como tema de discussão. Plutarco atribui a Simónides o espírito da máxima horaciana *ut pictura poesis* (*Ars Poetica*, 361), acrescentando ao grupo a dança, pois são todas imitação da vida. Um capítulo com boa documentação e dose de discussão sobre a dança na antiguidade.

A bibliografia²⁸ final abrange as três partes em que o livro está dividido e demonstra um conhecimento do que se faz de mais recente sobre o assunto: cerca de 80% das 100 publicações listadas situam-se entre 1980 e 2009, sendo mais de 30% da década de 2000, destacando-se, no ano de 2009, os artigos incluídos no volume editado por José Ribeiro Ferreira, *Symposium and Philanthropia in Plutarch* (Classica Digitalia, *Humanitas Supplementum*).

Entre as páginas I e VIII encontra-se o prefácio de Aurelio Pérez Jiménez (professor catedrático de Filologia Clássica na Universidade de Málaga, Espanha), que faz uma clara apreciação da obra e a sua leitura não deve ser negligenciada por quem quiser ficar com outra ideia da qualidade do material escrito.

ADRIANA FREIRE NOGUEIRA

SANTA BÁRBARA, Maria Leonor *et all* (Org.): *Identidade e Cidadania – da Antiguidade aos nossos dias*. Actas de Congresso Vol. I (Porto, Papiro Editora, 2010) 546 p. ISBN: 978-989-636-493-9

A obra “Identidade e Cidadania – Da Antiguidade aos nossos dias” reúne os textos de comunicações apresentadas no Congresso Internacional que teve lugar, entre os dias 18 e 21 de Outubro de 2006, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a organização do grupo de Estudos da Antiguidade do Centro de História de Sociedade e Cultura (UNL). Propõe, tal como o congresso que lhe deu origem, variados estudos sobre os conceitos de Identidade e Cidadania vigentes nos dias de hoje, evocando a antiguidade como precursora e, em casos muito concretos, inspiradora destes. Não pretende ser um estudo

²⁸ Numa revisão da edição, merecia a correcção da alfabetização dos títulos, pois todo o G está depois do H e Pordomingo depois de Roller. A inclusão da tradução usada (a dos Classica Digitalia, colecção Autores Gregos e Latinos – Série Textos, nº 4, 2008), que nunca é mencionada, bem como a edição usada para o texto grego, que deduzimos ser o estabelecido por C. Hubert, para a Teubner.

exaustivo sobre os temas em debate – até porque seria impossível neste género de publicação e com um tema tão abrangente – mas sim comentá-los à luz de determinados prismas histórico-culturais, que vão sendo expostos ao longo de trinta e dois trabalhos independentes. A colectânea de artigos divide-se por um conjunto de subtemas: “Identidade”, “Figuras Femininas de Intervenção” e “Os Discursos de Poder”.

Referente ao subtema “Identidade”, Maria Leonor Santa Bárbara (UNL) alude à identidade de um império unificado à imagem de Alexandre Magno e da sua educação. Pretende a autora notar a fulcral importância da educação na estrutura de uma identidade. A *Paideia*, formadora do indivíduo, expande-se para a concepção de um território (físico e cultural) conquistado pelo mesmo. Nesse sentido, António Castellano propõe uma reflexão sobre a identidade da Roma Imperial, definida por Veleio Patérculo na sua *Historia Romana*. O autor oriundo da Campania “desenha” a cultura romana a partir de todos os seus constituintes, mas privilegia a biografia das grandes individualidades, elementos potenciadores do presente romano. Veleio cria uma ideia que alberga em si determinados acontecimentos que, uma vez reunidos, formam uma massa uniforme e universal, correspondente à identidade romana.

A história e a sua escrita formulam o presente e o futuro em favor de um passado. Por tal, defende Maria Aparecida Silva (USP), que Plutarco parte da literatura grega e da grandiosidade da cultura inerente a esta, para uma fundamentação da história romana. Aponta como grande elemento as *Vidas Paralelas* dos fundadores de Atenas e Roma, dado que para a *Vida de Teseu* existia uma narração sustentada, enquanto a informação sobre Rómulo se apresenta difusa, envolta em dúvida e mito. Parece, pela argumentação da autora, haver uma grande preferência de Plutarco relativamente à cultura grega, julgando a história romana como algo artificial, que teve na cultura grega a fonte de inspiração para a sua própria concretização. Ana Gonçalves (UFG) refere essa possível artificialidade da história romana, tendo em conta os processos de preservação da memória filtrada, uma moldagem da história – analisando o exemplo da *Damnatio Memoriae* de Geta e o significado que acarreta a anulação de algo ou alguém dos anais da história.

A cultura romana projectou-se como modelo na criação e recriação da história, literatura, filosofia e epistemologia geral do ocidente. Um exemplo dessa influência é *A carta sobre os cegos para uso daqueles que vêm* de Denis Diderot, proposta por Luís Bernardo (UNL) para uma análise conceptual do “monstro genésico” no discurso do filósofo francês e dos planos em que é apresentado – essencialmente o da Física e da Biologia.

O autor do trabalho nota a influência do *De Rerum Natura* de Lucrecio relativamente aos conceitos tratados na obra de Denis Diderot.

Voltando-se para a Identidade/Cultura Colectiva, Mihaela Irinia (University of Bucharest) comenta a ideia de ‘cidadão do mundo’ – o modelo do cosmopolitismo – tomando como referência literária a *peripateia* de um guineense. A Identidade de um cidadão é o seu confronto e relação com outras culturas, potenciadores de uma transformação face à redefinição de preceitos culturais. Esta cidadania far-se-ia única, a arquitectura de uma individualidade dependente do espaço cultural. Adina Ciugureanu (Ovidius University Constanta) pensa a cidade como o espaço cultural, mais precisamente as cidades dos principados danubianos descritos em artigos de turistas ingleses do século XIX. A Cidade é a realização da matéria e do imaterial, carregada de imagens, sons e ideias – as cores que preenchem a tela. A concepção de um país surge como o somatório de todos os quadros populacionais de um determinado território, conjugados em função de uma paisagem. Hélio Pires (UNL) foca-se na descentralização do poder na Islândia de 930, para analisar a concepção de um país de colonos e do processo de individualização e distinção deste face à origem. A individualidade colectiva é a expressão da cultura nacional. O imaginário daí advindo é a essência do “Guia de Portugal”, um projecto de Raúl Proença, estudado no trabalho de Júlio Silva (ULL) – *Turismo e Identidade Nacional: O guia de Portugal de Raúl Proença*. Da mesma maneira que um país se pode apresentar como ideia, também a religião toma forma em função de uma identidade. Todavia, esta baseia-se num espaço imaterial, que reúne pensamento e fé. A constatação dos seus dogmas tem o poder de pôr em causa toda uma identidade, cujo sentido da existência está em si mesma. Por tal, o pai da Física moderna, Isaac Newton, pode muito provavelmente ter retido na obscuridade alguns dos seus trabalhos, com o objectivo de preservar uma ideia que se protegia a si mesma, como uma linha de pensamento inquestionável – assunto comentado por José Refillo (SCIC).

Poucas culturas terão tido uma definição tão concreta de si como a cultura grega, mais precisamente a da Atenas do século V a. C. Um cidadão ateniense representava não só uma peça fulcral para o funcionamento da máquina do estado, mas também um elemento indissociável da ideia de identidade colectiva – o corpo dos cidadãos e não o espaço físico onde se estabeleciam. No entanto, um estado baseado na paridade depende do valor dos seus cidadãos para que seja viável, dado que a actuação de alguns pode afectar a orientação do conjunto. A propósito, Maria Fátima Silva (UC)

propõe o estudo “Ser Ateniense: uma honra em risco? O testemunho de *Acarnenses* de Aristófanes”. O comediógrafo grego dá conta de uma definição de cidadão e ao mesmo tempo denuncia aquela que é uma actividade danosa da parte de elementos que têm obrigação de zelar pela *Pólis*.

Respeitante ao subtema “Figuras Femininas de Intervenção”, Joana Gras (URV) traz-nos o trabalho “Mitologia e relação de género: poder e submissão”, comparando as narrativas mitológicas gregas, que apresentam a mulher subjugada ao poder e ao desejo masculino. A sociedade grega relega a mulher para um plano meramente doméstico, submisso perante o sistema social e ausente em absoluto das decisões políticas. Em teoria, esta é uma situação paralela à cultura romana (I d.C.). Contudo, a realidade é bem diferente, pois como comenta Nuno S. Rodrigues (UL) em “Agripina e as outras redes femininas de poder e de intervenção política nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero”: “(...) parece ter sido o facto de as mulheres terem exercido formas de pressão política (...)”. Pelas fontes antigas, haverá matéria para contestar a ideia transmitida pelas instituições e seus representantes, de que a mulher estaria incumbida de um papel de figurante. Séneca, contemporâneo de um exemplo dessa contradição (Agripina), atribui a algumas das suas personagens trágicas femininas um discurso de teor político. Mediante a citação de passos das obras do multifacetado autor romano, Ana Fonseca (UC) aborda a frequente proximidade entre o discurso político feminino e masculino, com o intuito de realçar o entendimento comum aos dois géneros e, além disso, a visão que o género feminino tem do poder e dos procedimentos com ele relacionados. Em contexto romano, a mulher chega mesmo a ser alvo de culto, devido à sua intervenção política e social. Ora, a Cláudia Quinta (séc. III a. C.) e Flávia Júlia Helena (séc. III –IV) estão associados cultos, pagão e cristão respectivamente. Natália Nunes (UNL) analisa estas duas personagens históricas à luz da construção dos seus retratos. A estes nomes lembrados pela história, junta-se, nesta obra, o nome de Salomé no estudo de Ana Chora (UNL): “Salomé – poder de intervenção através da dança, baseada num mito da antiguidade”. A autora desenvolve o mito respeitante a esta figura bíblica, estudando as várias tradições e as influências que o mito absorveu do presente. De facto, a modernidade não se inspirou na antiguidade, antes se formou a partir desta.

O poder político e religioso confundia-se na sociedade espanhola do séc. XVIII – algo que não sucede tão claramente na sociedade romana. Cristina Cubo (UV) promove um percurso pelas duas sociedades, sublinhando a forma como, quando reduzida a uma condição cujo único espaço era o

doméstico e familiar, a mulher conseguia exercer grande influência sobre os poderes vigentes – por vezes, por via do misticismo. O sobrenatural sempre despertou um grande fascínio nas culturas de matriz judaico-cristã, ao ponto de ser uma fonte de poder social e até político. Nesse sentido, Lina Soares (UNL) evoca os exemplos de Macrina (séc. IV) e Clara de Assis (séc. XII-XIII) cuja importância no estabelecimento de uma posição feminina no seio da instituição religiosa cristã é paralela. Porém, a mulher foi alvo de vários retratos negativos ao longo da história e, no contexto da literatura latina, estes repetem-se frequentemente. Tanto que é possível apresentar “um catálogo de vícios femininos na *Fabula Togata*”, como demonstra Francisco Oliveira (UC). Porém, a sátira pode ser demonstrativa da importância que os elementos nela apresentados poderiam ter na sociedade. Neste caso, ainda que a sugestão imediata seja contrária, a mulher parece ter uma grande capacidade de influenciar os demais, actuando em campos que ultrapassam o meio político, exclusivo dos homens. Em boa verdade, isto é um reflexo da liberdade gozada pela mulher romana, apesar de lhe ser vedada a actividade política. Tal estágio só foi novamente alcançado e melhorado já na contemporaneidade, aquando da aprovação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Este é o tema abordado por Zília de Castro (UNL) com o trabalho: “Cidadania, feminismo, livre pensamento”.

Ao longo dos tempos, o poder político e social fundamentou-se em variados elementos, consoante o estado, cultura ou religião em causa. Ora, a retórica e a arte de convencer as massas, os aliados e os inimigos foi seguramente uma das mais viáveis fontes de ascensão, manutenção e consolidação do poder. Por essa razão, alguns dos trabalhos contidos neste volume se dedicam ao estudo dos discursos de poder. Tal género discursivo não surgia apenas nos espaços de debate político; Cláudia Teixeira (UE) nota um exemplo claro em “*Tu regere Imperio Populos*: a matriz discursiva de Natureza Política na *Eneida* de Virgílio”. A autora analisa, mediante o comentário de episódios dos livros VI, VIII e XII, a matriz política associada à épica virgiliana, sublinhando a mensagem inerente ao governo de Octávio Augusto e, ao mesmo tempo, a própria manifestação política na literatura – ao apresentar-se um exemplo político para ser seguido na contemporaneidade do autor.

Subordinado ao subtema “As lutas sociais e políticas”, José Sales (Universidade Aberta) traz-nos um estudo sobre o conflito doméstico entre Horuennifer e Anchuennefer (207/206 e 187/186 a. C.). Este episódio da história do Egipto Ptolemaico é um exemplo de conflito envolvente das várias

facções interventivas na sociedade, neste caso concreto, entre o poder do governante – à partida o representante máximo religioso – e o clero tebano de Âmon. Foca-se o potencial conflito entre elementos ideológicos ou a forma como estes poderiam ser usados para obtenção e justificação do poder.

A definição da ideia promove a sua análise e consequente prática. Platão pretendeu apresentar nas obras *As leis* e *República* conceitos ideais, talvez com o intuito de os instigar como objecto concretizável. Partindo da crítica aristotélica e dos comentários de Karl Popper à obra de Platão, Giovanni Parmo (Università di Pisa e Tübingen) revê a oposição – não solucionada pelo filósofo grego – entre a *techné* e a *physis* e a sua aplicação à ciência política.

Ainda subordinado a este subtema, José L. Brandão (UC) reflecte sobre a tirania e a forma como esta era encarada negativamente pela sociedade romana. Suetónio terá definido alguns imperadores através dos vícios atribuídos a governantes históricos orientais. Esta caracterização, ainda que possa ter-se baseado em simples rumores, ajudou a denegrir a marca histórica de imperadores como Tibério, Calígula e Nero. Outro historiador, Flávio Josefo, relata um período conturbado da Palestina, quando os judeus de várias tribos se rebelavam contra os romanos e combatiam entre si. O motivo, refere Ivan Rocha (UNESP), seria o distanciamento de determinados grupos judaicos relativamente ao poder em exercício na região. Não se tratava propriamente de um combate pela preservação de uma identidade, mas de uma busca pelo poder que a legitime. Ana Ferreira e Alejandro González (Universidad de Valladolid) analisam em dois trabalhos os processos de acesso à cidadania romana de L. Cornélio Galo e A. Licino Árquías. Ainda que situações completamente distintas, estas evocam a importância de se ser um cidadão reconhecido pelo estado romano, de modo a aceder a direitos devidos ao cidadão e assumir um espaço no interior da identidade colectiva.

Este subtema encerra-se com o trabalho “Discursos do Poder ou a *Paideia* pelo mito – a luta dos Lápidas contra os Centauros ou a razão e a ordem contra o primitivo” de José R. Ferreira (UC). Pela exposição e breve análise do mito, o autor apresenta um conjunto de obras de arte que não só narram o mito, como introduzem elementos na sua configuração.

Esta obra apresenta-se ainda incompleta, face àquelas que foram as propostas do congresso que lhe deu origem. Este facto deve-se à sua divisão em dois volumes, de que este é o primeiro. A interligação temática entre os diversos trabalhos apresentados é pouco profunda. Mais uma vez, note-se o propósito da obra e o contexto em que esta surge. Sendo o resultado de um congresso cujos trabalhos apresentados foram elaborados de forma

autónoma, dentro de variadas disciplinas no âmbito das humanidades, entende-se perfeitamente o distanciamento dos conteúdos e sublinha-se a natural pertinência desta obra.

NELSON HENRIQUE DA SILVA FERREIRA

SILVA, Maria de Fátima Souza, BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro (orgs.). *Tradução e recriação*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. 319 p.

Jovens tradutores e comentadores se reúnem, sob a orientação segura de duas grandes pesquisadoras em estudos clássicos no Brasil e em Portugal, para apresentar resultados de suas pesquisas. O conjunto de 19 artigos abrange reflexões sobre tradução, recriação, adaptação, apropriação; análises de releitura dos clássicos em obras dramáticas; estudos da recepção de obras na antiguidade e modernidade; enfim, exposições da presença clássica em obras contemporâneas. Tudo isso alicerçado por ampla e atualizada bibliografia.

Na seção “Reflexões Introdutórias”, apresentam-se os textos das professoras orientadoras, que se diferenciam pelo tipo de tratamento dado ao tema. No texto “Os primeiros passos da tradução no testemunho de Heródoto”, Maria de Fátima Sousa e Silva, em acurado trabalho de citação de fontes, traça um histórico do que a autora denomina “primeiros esforços por uma compreensão linguística/tradução entre comunidades humanas” (p. 14). Apoiada em passos da obra do historiador Heródoto, a autora tece comentários acerca do surgimento do plurilinguismo, situando-o como uma necessidade decorrente do contato entre povos e da necessidade de expressão linguística do mundo estrangeiro, fascinante e sedutor. Ressalta a autora a preocupação do historiador grego em registrar minuciosamente, através, por exemplo, de exercícios tradutórios e/ou explicações etimológicas, as maneiras de romper a incomunicabilidade imposta por barreiras linguísticas.

O fascínio de Heródoto pela palavra traduzida e recriada, destacado por Sousa e Silva, está presente, de forma semelhante, também nos demais capítulos da obra.

No texto “O mito à enésima potência”, da professora Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, o leitor é convidado, de forma inteligente e sedutora, a refletir sobre as recriações dos mitos gregos no teatro brasileiro, especificamente o de Édipo, na peça “Álbum de Família” de Nelson Rodrigues. Como introdução